

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N. 915, DE 2019.

Aprimora os procedimentos de gestão e alienação
dos imóveis da União.

EMENDA SUPRESSIVA Nº

(DO. SR. CAMILO CAPIBERIBE)

Suprime dispositivo que cria preferência na
aquisição de imóvel da União por pessoa que
tenha custeado a respectiva avaliação.

Art. 1º. Suprima-se o §6º do art. 23-A da Lei n. 9.636, de 15 de maio de
1998, contido no art. 1º da MP n. 915, de 2018.

JUSTIFICATIVA

A MP ora em análise pelo Congresso Nacional admite que qualquer
pessoa possa provocar a alienação de um imóvel da União, mediante
apresentação de proposta de aquisição perante a Secretaria de Coordenação e
Governança do Patrimônio da União, a quem competirá a avaliação acerca da
conveniência e oportunidade dessa venda.



Entendendo conveniente e oportuna a alienação onerosa de imóvel, e não havendo avaliação válida do imóvel pretendido, a SPU notificará o interessado para providenciar a avaliação, às suas expensas. Em contrapartida, o interessado que custeou a avaliação, passa a ter uma espécie de preferência na aquisição do imóvel, nas mesmas condições do vencedor da licitação.

Tal preferência, contudo, pode privilegiar o poder econômico e os agentes de mercado imobiliário, criando desigualdade de condições que beira à inconstitucionalidade e dá margem à especulação imobiliária.

Sala da Comissão, em 10 de fevereiro de 2019.

Deputado Camilo Capiberibe



CD/20372.90770-82